

# OS FUTUROS CIENTISTAS E O SEU COMPROMETIMENTO CÍVICO: ALGUNS EPISÓDIOS ILUSTRATIVOS DA RESISTÊNCIA AO ESTADO NOVO

*Augusto Fitas\**

A  
Jaime de Magalhães Lima Mascarenhas  
e a  
José Manuel Taborda Duarte,  
dois resistentes já desaparecidos  
que me encaminharam no despertar  
dos meus primeiros passos de  
resistência e de debate filosófico-científico.

## 1. Introdução

Os futuros cientistas, aqueles que vão marcar em Portugal a actividade científica e técnica da primeira metade do século XX, foram academicamente formados pelas universidades portuguesas nas décadas de vinte e trinta. Assistiram nos seus anfiteatros às aulas solenes dos lentes que debitavam os compêndios de uma ciência, no geral, velha, já muito mastigada e pouco discutida, excepção feita a um número reduzidíssimo de jovens professores iconoclastas que teimava em remar contra o *stato quo* conservador do academismo nacional. Viveram, participando em lados diferentes da barricada, o clima de agitação muito intensa que percorreu as instituições universitárias, enquanto reflexo da conturbada vida política do país.

E para se ter uma ideia do que representava a Universidade portuguesa no quadro geral da sociedade portuguesa, isto é, a fracção dos jovens que ingressava nessa época no ensino superior, isto é, no conjunto de Faculdades,

---

\* Professor (aposentado) de Física e de História e Filosofia da Ciência na Universidade de Évora, investigador do IHC-*cehfc* (UE) e coordenador do Grupo de História da Física da SPF.

Escolas e Institutos existentes nas Universidades das cidades de Coimbra, Lisboa e Porto:

[...] a proporção dos alunos das escolas primárias que seguiam os estudos nos Liceus era, em 1910, de 4,4 % e, em 1930, de 3,7%. A proporção dos alunos dos Liceus que seguiam os estudos universitários era de 27,7% em 1910, e de 79,2% em 1930 [...] de toda a população portuguesa em idade escolar não chegava a um terço a fracção que se sentava nos bancos das escolas [...] algumas centenas de milhares de crianças, mesmo no termo da I República, ficavam condenadas a um analfabetismo total, à precária vida económica dos campos e à emigração. Desse menos de um terço que recebia, nas escolas, as primeiras letras, 4 em cada 100 (menos ainda em 1930 do que em 1910) ingressavam no Liceu. Dos 96 restantes grande parte reduzir-se-ia à capacidade de soletrar as cartas dos seus ausentes e rabiscar as suas. Dos 4 em cada 100, uns tantos privilegiados alçavam-se à Universidade [...] (Carvalho, 1987, 716).

Aquilo que um dirigente do Partido Socialista, à época, escrevia num diagnóstico assaz simplista mas bastante esclarecedor:

[...] a geração que agora anda nas escolas não representa o Povo português. Com poucas excepções, apenas confirmantes da regra, os rapazes da academia pertencem às classes dominantes da sociedade portuguesa. Os pobres, os filhos do Povo, não passam da instrução primária, bloqueados pelos preços das propinas e dos livros (Faria, 2000, 79).

No início do segundo quartel do século XX a vida política portuguesa foi marcada pela acção de uma ditadura militar cujo único propósito era colocar “ordem” no país e “salvar a pátria da governação do Partido Republicano Português” que posteriormente se transformou, mercê das lutas entre as diferentes facções apoiantes, num regime de ditadura “antiliberal tipo fascista”. Acossada por várias tentativas de revolta militar, apoiadas pela forças republicanas oposicionistas, que procuravam reinstaurar o regime parlamentar deposto, a ditadura foi endurecendo para, a partir de 1933, se converter no Estado Novo, corporativo, “educador das almas e polícia do espírito”. E na vida universitária portuguesa vão-se fazer sentir, de uma forma bastante viva, estes dois períodos marcantes vividos pela sociedade portuguesa: um primeiro período, entre 1927 e 1932, que corresponde essencialmente ao exercício da ditadura militar e às reacções violentas das forças oposicionistas, aquilo que se pode chamar a “acção do revirvalho”; um segundo período, de 1933 em diante e que corresponde à reorganização da vida política com vista à implantação do Estado Novo.

Toda a luta contra a Ditadura, de 1927 a 1931, foi fortemente secundada por um clima de agitação nas universidades<sup>1</sup> e «[...] os estudantes universitários foram, quase sempre, um problema de difícil resolução para a ditadura» (Dias, 1999, 18). Durante este período, a transição entre a instauração da ditadura militar e a institucionalização do Estado Novo, os estudantes alinharam claramente na resistência à Ditadura (Faria, 2000). A primeira vaga de bolseiros enviados pela Junta de Educação Nacional (JNE) para o estrangeiro<sup>2</sup>, e que parte no final da década de vinte ou princípio da década seguinte, assistiram e participaram nas acções de resistência à ditadura militar que assolaram as três Universidade nacionais.

As lutas desenvolvidas pelos estudantes universitários durante o período da Ditadura Militar, entendido aqui pelo período histórico de 1926 a 1932, devem ser compreendidas como, num primeiro sentido, acções reivindicativas para alcançar condições e uma política educativa mais adequadas à realidade que lhe era contemporânea, depois, num segundo sentido, como «[...] parte integrante do movimento republicano, democrático e liberal de oposição ao regime instituído em 28 de Maio, com grandes cumplidades e solidariedades no campo reviralista» (Faria, 2, 107).

No geral, a vida académica universitária portuguesa, excepção feita à Escolas do Exército e Naval, era dominada por duas correntes ideológicas principais – o Integralismo Monárquico, defendendo os valores tradicionais, católicos, antiparlamentar e antiliberal, e o Republicanismo, sustentado os valores da república parlamentar e do estado laico – que se digladiavam na conquista das direcções dos órgãos representativos do movimento estudantil. Assistiu-se, já em finais de 1926, na Faculdade de Direito de Lisboa, ao jovem Marcelo Caetano (1906-1980) – quintanista dessa escola e um integralista assumido – a concorrer para o cargo de presidente, integrado numa lista candidata à direcção da Associação Académica para o ano lectivo de 1927/28, acabando por desistir perante o candidato republicano ou “reviralista”. Nos anos lectivos seguintes, pelo menos até ao ano de 1931/32, todas as direcções desta associação serão reviralistas; o mesmo se verificando nas Faculdades de Medicina, Ciências e Farmácia, e na presidência da Federação Académica de Lisboa. Este embate mostra como nessa época uma linha de intervenção do movimento estudantil universitário consistia na disputa das direcções das associações de estudantes entre os integralistas e os “oposicionistas”.

---

<sup>1</sup> A importância da luta estudantil contra a ditadura de 28 de Maio de 1926 pode ser exemplificado pela existência de um semanário, *Liberdade*, que iniciou a sua publicação em 27/5/1928, sendo seu director Virgílio Marinha de Campos, e terminou em 1935, afirmando-se, logo no primeiro número, da esquerda republicana.

<sup>2</sup> Augusto Fitas, “O movimento de bolseiros portugueses no estrangeiro no período entre guerras e a investigação científica em Portugal”, neste volume.

Há que ter em conta que

[...] a organização dos estudantes das escolas superiores assume níveis de intervenção distintos, nomeadamente através das associações académicas cujas direcções são livremente eleitas entre estudantes [...] e as ligas e centros republicanos, interessados na ambiência política envolvente do meio académico (Faria, 2000, 107).

Enquanto que em Lisboa cada escola superior possui a sua associação de estudantes<sup>3</sup> que se encontrava federada na Federação Académica de Lisboa, e eram elas as responsáveis pela representação estudantil na Academia, em Coimbra e no Porto existia uma única associação académica, centralizando a representação estudantil de cada uma das suas universidades. Sob o ponto de vista político outras instituições se encarregavam de fazer a propaganda de ideias no seio da massa estudantil através de organizações específicas e da edição de jornais próprios. Em Lisboa, era a Liga da Mocidade Republicana, congregando “todas as tendências democráticas”, e o jornal *Liberdade* era o órgão académico difusor da propaganda dos ideais republicanos; em Coimbra, o Centro Republicano Académico de Coimbra, fundado em Janeiro de 1906, era o principal organizador e difusor dos ideais republicanos, que em 1927 editava o jornal *Gente Nova* à época dirigido por Vitorino Nemésio (1901-1978), acompanhado na direcção por Carlos Cal Brandão (1906-1873), Paulo Quintela (1905-1987) e Sílvio Lima (1904-1993) (Boavida, 1983, 753)<sup>4</sup>; no Porto, é constituído em finais de 1927 o Centro Académico Republicano do Porto possuindo o jornal *Democracia* cujo primeiro número sai no último dia de Janeiro de 1928, assinalando o aniversário do 31 de Janeiro de 1891. Vale a pena anotar algumas diferenças subtis nos fundamentos e objectivos políticos destes dois últimos centros republicanos, recorrendo a uma citação:

Enquanto o Centro Republicano Académico de Coimbra se define, prioritariamente, como um “grémio de acção e cultura política”, orientado para a defesa dos princípios da República democrática, e preconiza “o mais rasgado espírito de reforma no regime da propriedade e do trabalho, no sentido de tornar aquela acessível ao maior número e este produtivo e liberto da tendência da mão-de-obra para o menor

---

<sup>3</sup> Excepção feita à Escola Naval e do Exército.

<sup>4</sup> Paulo Quintela foi perseguido pelo regime de Salazar-Caetano, só ascendendo à cátedra na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra após a Revolução de Abril, Sílvio Lima fez parte do primeiro grupo de professores universitários afastado da Universidade portuguesa por motivos políticos (aplicação do Decreto-Lei 25317). Augusto Fitas, “Um ciclo de conferências sobre a ‘Junta de Educação Nacional’ e os seus prováveis efeitos premonitórios na aplicação do Decreto-Lei 25317”, neste volume.

esforço”, elementos do Centro Académico Republicano do Porto organizam o Comité Académico Operário do Porto, cujo escopo consiste em desenvolver uma forte propaganda contra «[...] o analfabetismo, alcoolismo, integralismo, fascismo, clericalismo, e em defesa da organização operária» (Boavida, 1983, 754).

## 2. A contestação académica à ditadura até finais de 1930

Não passara um ano após a instauração da Ditadura a 28 de Maio de 1926 que nas duas principais cidades do país estala a revolta de 1927: iniciada com um levantamento militar a 3 de Fevereiro de 1927 no Porto, e que devia ter eclodido na data comemorativa do 31 de Janeiro, seguido, também com alguns dias de atraso, por outra sublevação bastante tímida em Lisboa, acabou por ser derrotada com um cortejo de centena e meia de mortos e quase um milhar de feridos. Esta primeira acção contra a Ditadura, onde todos os revoltosos implicados sofreram uma repressão dura, teve duas importantes consequências políticas: (1) a oposição à Ditadura foi obrigada a reorganizar-se, o que se ficou a dever ao facto de a direcção do movimento reviralista, com um destaque especial para o grupo da *Seara Nova*, ter sido forçada a abandonar o país e a exilar-se em Espanha e França, originando a Liga de Paris, onde pontificavam Afonso Costa (1871-1937), José Domingos dos Santos (1885-1958), Jaime Cortesão (1884-1960), António Sérgio (1883-1969), Raul Proença (1884-1941)<sup>5</sup>; (2) devido à fortíssima onda repressiva desencadeada, houve necessidade de uma organização do aparelho repressivo e também da criação de movimentos públicos de apoio institucional à Ditadura.

É neste quadro que deve ser entendido as iniciativas de editar: (1) em Coimbra, no mês de Abril, o jornal *Gente Nova*, onde nas suas páginas a juventude manifesta a sua oposição à Ditadura; (2) em Lisboa, em Maio desse ano, o jornal académico *Liberdade*, tribuna que associa todas as tendências republicanas oposicionistas, incluindo activistas ligados ao PCP (Nunes, 1981, 723). Também os membros das associações de estudantes da capital, no rescaldo da derrota do 7 de Fevereiro, empenham-se mais activamente numa posição de repúdio da Ditadura, formando o Batalhão Académico Anti-Fascista com o objetivo «de combater em qualquer revolução democrática que surgisse contra a ditadura» (Faria, 2000, p. 121) e onde alguns estudantes recebem instrução armada dada por “aspirantes” das escolas militares.

---

<sup>5</sup> Pelo Decreto n.º 13137, de 15 de Fevereiro de 1927, são demitidos os funcionários implicados nas revoltas, entre os quais Jaime Cortesão e Raul Proença, e pelo Decreto n.º 13138, do mesmo dia, são dissolvidas as unidades da Guarda Nacional Republicana e do Exército que tinham apoiado a Revolta.

Perante a revolta contra a Ditadura Militar, os seus defensores institucionalizam movimentos de apoio à Ditadura, criando a Confederação Académica da União Nacional que de imediato receberá o patrocínio dos periódicos de direita ligados à Igreja Católica e aos integralistas, e, mercê do decreto n.º 15195 de 17 de Março de 1928, criam uma Polícia de Informações na dependência do Ministério do Interior e que pode ser considerada uma proto-PIDE. Também a juventude estudantil integralista recorre à edição de jornais no sentido de apoiar as iniciativas políticas da nova ordem instaurada pela Ditadura: em Coimbra surgem os jornais *Mocidade*, editado pela Associação Académica de Coimbra, e *Vanguarda*, órgão da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano (Faria, 2000, p. 124-125).

A situação financeira do país ia de mal a pior e em finais de Abril de 1928 António de Oliveira Salazar (1889-1970) era chamado para ocupar a pasta das finanças do governo da Ditadura que, entretanto, cortava a eito na despesa pública ao ponto de decretar o encerramento das Faculdades de Direito de Lisboa, de Letras do Porto e de Farmácia de Coimbra, bem como da Escola Normal Superior de Coimbra e das Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada (e ainda o liceu da Horta)<sup>6</sup>. Eis um conjunto de medidas governamentais extremamente impopulares junto dos estudantes que deverá ter contribuído para uma maior consciencialização junto da massa estudantil da natureza prepotente da Ditadura.

O encerramento da Faculdade de Direito de Lisboa, onde se destacava um núcleo de professores republicanos ligados ao regime deposto, vai ser o centro de um vasto movimento de protesto contra as medidas preconizadas pelo governo da Ditadura Militar. A Lisboa estudantil que «era já maioritariamente republicana desde 1926» (Faria, 2000, 134) lança-se numa greve geral de Abril a Outubro de 1928 que se estende a todas as Faculdades da capital e rapidamente se propaga às Universidades de Coimbra e Porto. Numa «Carta Aberta dos Estudantes das Universidades Portuguesas ao Exm.º Sr. Ministro da Instrução», afirmam os estudantes:

Com o abandono das aulas visamos apenas chamar a vossa atenção duma forma mais viva, para a injustiça da situação que nos foi criada, porque pensamos que não será de todo indiferente para os Poderes Públicos o facto de mais de 3000 estudantes estarem perdendo os seus estudos. [...] Os estudantes de Portugal, Sr. Ministro, não querem estudos mais fáceis! Longe vai o tempo em que os estudantes se revelavam contra a exigência de maior trabalho. Pedem apenas que lhe deem condições do seu trabalho ser mais útil e mais rendoso, a si mesmo e à sociedade (Comissão, 1983, 114).

---

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º 15365 de 12 de Abril de 1928.

O ministro, Duarte Pacheco (1900-1943), comprometeu-se a restabelecer as Faculdades e a satisfazer as reivindicações dos discentes: uma época excepcional de exames e reabertura das escolas encerradas. Os estudantes interrompem a greve, contudo só a Faculdade de Direito foi reaberta. Recomeça o protesto que permanece até ser criada uma «[...] época excepcional de exames e ser designado o dia 29 de Outubro para a abertura solene das aulas» (Faria, 2000, 141). E é desta forma que se dá por encerrada a Greve Académica de 1928 apesar das outras escolas no Porto e em Coimbra permanecerem encerradas. Paralelamente a esta atitude de afrontamento, o gabinete do ministro preparava o decreto fundador da Junta de Educação Nacional<sup>7</sup>, um organismo fomentador de apoios à investigação científica nacional. Esta coincidência no tempo, entre o “fecho” de Escolas e a “abertura” de um novo organismo com propósitos reformadores, poderá ser interpretado como «[...] um meio de calar (ou pacificar) alguma contestação e mostrar que o governo da Ditadura, mesmo sem planos, se preocupava com o apoio ao ensino superior» (Fitas, 2004, 35) ou uma tentativa de apaziguamento em relação à oposição contestatária.

Todavia a agitação estudantil no ano segundo da Ditadura Militar não terminou com a reabertura da escola de Direito em Lisboa, dois outros acontecimentos marcaram este fim de ano: o funeral, em Lisboa, do grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928), cujo cortejo fúnebre foi duramente reprimido pela PSP e GNR; a eleição do representante dos estudantes para o Senado Universitário de Coimbra. Tinha razão o jornal *Democracia* do Porto quando caracterizava republicanamente a academia coimbrã:

E a academia de Coimbra; essa academia de Coimbra, de tão gloriosas tradições republicanas, a mais acusada de reaccionária? Essa também, embora a propaganda republicana ainda vá no início, está recobrando a sua antiga fé republicana. A Gente Nova não esmorece, o Centro recebe mais adesões e a massa académica, com um desassombro digno de registo, já tem manifestado o seu arrojado e franco idealismo. A Reacção há-de convencer-se dentro em pouco da inutilidade das suas manobras, perante a força vitoriosa do movimento académico!<sup>8</sup>

O director da *Gente Nova*, Vitorino Nemésio, foi um dos concorrentes ao lugar do Senado. Nestas eleições o reitor, Fezas Vital (1888-1953), não esperando pelo fecho oficial das urnas, acabou por dar a vitória ao candidato monárquico: 272 votos a favor, 256 contra. O facciosismo e a prepotência

---

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 16381 publicado no *Diário do Governo* n.º 13. I série, de 16 de Janeiro de 1929.

<sup>8</sup> *Democracia* 5 (Porto, 1 Abr. 1928) p. 2.

desta conduta levaram os estudantes a impugnar a decisão reitoral, o ministro indefere a sua reclamação, e eles acabam por interpor recurso, do qual saem vencedores devido à decisão exarada no acórdão do Supremo Conselho de Administração Pública que foi conhecida em Agosto de 1930.

A agitação estudantil tinha abrandado em 1929 e na primeira metade do ano seguinte, intensificando-se no último trimestre de 1930 e durante o ano de 1931. Os ânimos estudantis começam por se exaltar em Coimbra durante a abertura no ano lectivo de 1930-31 com a contestação aberta ao Reitor da Universidade pela sua atitude na eleição do representante dos estudantes no Senado Universitário. Na Sala dos Capelos, logo que foram ouvidas as primeiras palavras, os estudantes vaiaram o reitor com uma enorme gritaria e brindaram-no com uma chuva de tomates – a “tomatada” –, o que obrigou a cancelar a sessão solene (o reitor demitir-se-á em Dezembro). Não satisfeitos com isto, os estudantes republicanos, após a decisão do Supremo Conselho de Administração Pública que lhes dava razão, publicaram um manifesto que foi amplamente distribuído, intitulado «*Delenda est Cartago – A Academia Republicana perante a Universidade de Coimbra*», onde escreviam:

Os estudantes coimbrões vencedores do ex-reitor Fezas Vital nos tribunais superiores do estado, vencedores dos reaccionários em sucessivos pleitos eleitorais, vincam desassombadamente uma posição de desacordo e de hostilidade perante o espírito reaccionário da Universidade e designadamente em presença dos métodos escolásticos e processos jesuíticos da “Corja de Direito” (Comissão, 1983, 182).

Concluindo pela exigência não só do afastamento dos professores reaccionários como também que a Universidade adoptasse práticas pedagógicas e científicas modernas.

No Porto, a vitória da lista republicana à Associação Académica foi retumbante e o movimento estudantil intensifica a propaganda contrária à situação política no seio de toda a população. Em Lisboa, o movimento republicano vai tomando conta das direcções das associações de estudantes, os debates e assembleias em muitas escolas superiores assumem um carácter acentuadamente político e de oposição à situação vigente instalada no país. No dia 19 de Novembro de 1931 a Policia de Informações prendeu o estudante da Faculdade de Ciências, Francisco Joaquim Mendes (1907-1975), nesse ano presidente da Federação Académica de Lisboa. Uma detenção que, como nos conta Magalhães Godinho (1909-1994), estudante da Faculdade de Direito, vizinha de Medicina e das instalações do Ministério da Instrução, só soube da notícia quando estava numa assembleia de estudantes da sua escola. Aproveitando a reunião propôs que uma delegação se dirigisse ao Ministério para reclamar a libertação imediata do colega preso. De facto os estudantes de Direito e Medicina, no Ministério, eram



Ao todo 28 ou 29. Começámos a ouvir aferrolhar as portas á nossa frente, que íamos arrombando a pontapé, ao mesmo tempo que gritávamos vários “vivas” e “morras” [...] e tudo isto acabou por dar tempo que chegassem camiões da Guarda Nacional Republicana, carregados de soldados [...] [fomos] levados, sob prisão, para a “sala1” do Aljube [...] (Comissão, 1983, 88).

O Francisco Mendes foi solto no mesmo dia e os invasores do Ministério foram soltos na madrugada do dia seguinte.

E nas três Universidades, em todas estas acções, envolveram-se várias figuras que, muitas delas, assumirão, ao longo da sua vida futura, uma posição clara nas barricadas do combate à Ditadura. Além de José Magalhães Godinho estavam em Lisboa, entre muitos outros, Teófilo Carvalho dos Santos (1906-1986), Vasco da Gama Fernandes (1908-1981), Armindo Rodrigues (1904-1993), este último deixou no seu livro de memórias um relato picaresco do assalto ao ministério em que participou (Rodrigues, 1998, 125).

E, em meados de Junho de 1931, aparece na capital um quinzenário de gente jovem oriunda de meios laborais, sustentando palavras de ordem republicanas, e onde já se fazia sentir um radicalismo político que campeava sobretudo no movimento sindical. Era o jornal *Mocidade Livre*, do qual só saíram quatro números<sup>9</sup>, dirigido por Francisco Lyon de Castro (1914-2004), aprendiz de tipógrafo da Imprensa Nacional que escrevia na folha inaugural, «Destruir... para construir em alicerces novos, mais sãos, mais puros, mais cristalinos» (Dias, 2011, 5).

### 3. A saída do primeiro grupo de bolseiros no princípio dos anos trinta

Os primeiros bolseiros da JEN saem do país no último trimestre de 1929 e estão nesse grupo, entre outros, José Rodrigues Miguéis (1901-1980), Manuel Valadares (1904-1982), Aurélio Quintanilha (1892-1987), Rodrigues Lapa (1897-1989), Francisco Leite Pinto (1902-2000), este último um apoiante da Ditadura e do futuro Estado Novo. Pegue-se no caso de Manuel Valadares que terminara a licenciatura em Físico-Química em 1926, sendo no ano seguinte contratado como assistente de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e, no último trimestre de 1929, detentor de uma bolsa da JEN para estágio em Genebra, assistiu a toda esta agitação e deverá ter acalentado a esperança que a situação política no país se alteraria. Vivera os últimos anos da República enquanto estudante e frequentando os claustros da Escola Politécnica, assistiu ao assalto eleitoral da Associação de

---

<sup>9</sup> O primeiro tem a data de 7 de Junho de 1931 e o último de 30 de Agosto de 1931.

Estudantes da sua Faculdade pelos integralista capitaneados por Pedro Teotónio Pereira (1902-1972), um dos primeiros e mais próximo apoiante do ditador do Estado Novo. Valadares vai depois para a capital francesa e quando regressa ao país em finais de 1933, já doutorado pela Universidade de Paris, foi a Francisco Joaquim Mendes, entretanto assistente na Física desde o ano lectivo de 1931-32, que recorreu para principal colaborador nos primórdios da sua investigação no Laboratório de Física.

E já corria o ano de 1931 quando a 25 de Julho foi comunicado a António Aniceto Monteiro (1907-1980), matemático, a atribuição da bolsa para estagiar em Paris. Em Outubro desse mesmo ano, ele e a mulher já estavam instalados na capital francesa, mas, até à sua partida de Lisboa no *Paquebot Atlantique* (Fitas, 2008, 94), foi-lhe dada a oportunidade de presenciar grande parte daquilo que muitos historiadores apelidam o ano de todas as revoltas ou de todas as crises, «o grande e derradeiro susto da ditadura» (Rosas, 1994, 222). Foi também nessa mesma data que António da Silveira (1904-1985), diplomado pelo IST, se desloca, enquanto bolseiro, para estagiar no *Collège de France*.

Os efeitos económicos e sociais da crise financeira internacional de 1929/31 vão repercutir-se fortemente no espaço nacional e vão obrigar o país a uma acentuada travagem da actividade económica: é o desemprego e as lutas em torno da bandeira “Pelo Pão e Trabalho”; a agitação social atinge as fábricas e atravessa os campos alentejanos (Farinha, 1998, 129). «O mês de Abril [1931] começa revolucionariamente» (Faria, 2000, 173): abriu com a “Revolta da Madeira” que se estendeu aos Açores e à Guiné; implantou-se a República em Espanha, acontecimento que constitui um forte estímulo para a acção de todas as forças do “revirvalho”; a greve dos estudantes da Universidade de Lisboa (iniciada no dia 25 de Abril na Faculdade de Medicina) alastrou ao Porto e a Coimbra; no Porto a repressão ao movimento estudantil provocou dezenas de feridos e a morte de um estudante, cujo funeral, a 30 de Abril, constituiu uma grande manifestação contra a Ditadura. Mas a revolta da Madeira depõe armas nos primeiros dias de Maio e vai ser necessário esperar até 26 de Agosto para que a capital acorde com um toque de clarim do Quartel de Artilharia 3, que dará o sinal da acção revoltosa, estendendo-se a outras unidades militares da capital, sem qualquer resposta do resto do país, acabando vencida ao cair da noite dessa mesma jornada. Alguns membros do Batalhão Académico Anti-Fascista ainda se concentraram na Rotunda com a possibilidade de intervirem ao lado das forças revoltosas, o que se gorou devido «à difícil mobilização dos estudantes que se encontravam em férias» (Faria, 2000, 181). Foi o canto do cisne das acções militares contra uma ditadura que se prolongará por mais 43 anos.

A instauração da República no país vizinho, o seu apoio explícito aos opositores à Ditadura, fará com que, mercê da contiguidade geográfica, a maior parte dos políticos republicanos portugueses exilados assente arraiais

em território espanhol. Contudo, um núcleo de figuras importantes da democracia portuguesa que constitui a Liga de Paris permanecerá nessa cidade até à amnistia que lhes permitirá regressar ao país. Alguns bolseiros em Paris vão conviver com estas personalidades, é o que nos conta António da Silveira que recorreu a um amigo “seareiro” para contactar um dos homens da Liga de Paris, António Sérgio, visto que ele e «Langevin eram amigos, tinham-se conhecido na *Union Rationaliste*» (Silveira, 1976, 15); a resposta do físico francês não se fez esperar: António da Silveira « devia procurar no *Collège de France* o professor Bauer» (Silveira, 1976, 22) que foi de facto o seu orientador de estágio.

Também outros bolseiros, como foi o caso de Aniceto Monteiro, no seu primeiro ano de Sorbonne, privaram com estes exilados. Foi o próprio Monteiro que, na sua correspondência com a JEN, indicou o seu endereço como «16, R. Louis-Blanc, Levallois-Perret, Seine», exactamente o hotel onde residiam alguns dos exilados da Liga de Paris. Recorrendo à mesma fonte, António da Silveira, este escreveu:

[...] Sérgio mudou a residência para Levallois-Perret, e eu para lá fui também a instâncias de D. Luísa. Já lá viviam, no mesmo hotel, Raul Proença, Filipe Mendes e Jacinto Simões. Pouco depois também para lá foi o Aniceto Monteiro [...]. Quase todos os dias nos reuníamos no apartamento dos Proenças, depois de jantar: Sérgio, Filipe Mendes e eu – com as esposas; por vezes o Monteiro. As conversas giravam amiúde sobre a política nacional da época. Uma noite cheia de paixões, Proença e Sérgio, tiveram uma violenta discussão. No dia seguinte, Proença veio ao meu apartamento pedir-me desculpa de se ter excedido com Sérgio, na minha presença – em sua casa [...] (Silveira, 1976, 22).

Por certo que António Monteiro, neste convívio quase diário com estes homens, não só deverá ter assistido ao despontar das crises de desespero e perda de lucidez de Raul Proença, como lhe permitiu também formular opiniões sobre algumas destas personagens bastante activas no seio da oposição republicana à Ditadura. António da Silveira, em jeito de memória, acrescenta sobre o ambiente do Hotel na rua Louis-Blanc:

[...] nunca tentaram envolver-me, nem ao Monteiro, nos seus problemas de exilados [...]. A minha maneira de ser, a sua [de António Sérgio] maneira de ser, a sua preocupação – aparentemente ideia fixa – de transformar os eleitos em “filhos espirituais”, isto sobretudo, exacerbavam a minha veia natural, irreprimível, por vezes compulsiva, de contestador – e afastavam-me sem recurso. Coisa semelhante se passava com o Monteiro que várias vezes abordou o assunto comigo [...] (Silveira, 1976, 22).

A estada de Monteiro em Paris, pelo menos até Novembro de 1932, foi passada no hotel onde se encontravam os exilados portugueses. Já em Dezembro de 1932, em carta manuscrita para o Secretário Geral da JEN, pessoa que, embora ocupando um cargo oficial, ele sabia não ser da “situação”, escreveria em jeito de “desabafo político” (nunca esquecendo o “ponto da situação” relativamente ao seu estudo):

[...] Cada vez me convenço mais que a nossa Terra é uma miséria, sob todos os pontos de vista. O pior é que o problema não se resolve com a meia dúzia de indivíduos que andam cá por fora. [...] Está tudo por fazer, e essa malfadada “dita” nunca mais cai. E se cai? Qual é o conjunto de homens que será capaz de realizar uma política avançada? Quem é capaz de realizar o ressurgimento intelectual, económico, industrial, político e moral do nosso povo? [...] No Afonso ninguém acredita apesar de se armar em socialista à última hora. O Sérgio é um bem intencionado mas muito fraquinho! [...] Tenho a impressão que todos estes políticos não valem um pataco. Infelizmente tenho que me interessar por estas questões de política porque dela depende a realização dos problemas que me preocupam. Conversando aqui em Paris com o pai do João Maia, ele mostra-se-me um adepto fervoroso dos artigos nos jornais, da propaganda, como único meio de se levar a bom termo a realização de uma ideia. Porque era preciso mostrar a necessidade das coisas, etc. ao povo ... e aos ministros. Estamos numa situação em que é preciso ilustrar os ministros!! É preciso? Vá lá, concordo! Mas aí é que está o grande mal, é que eles são recrutados numa classe de idiotas [...]. O Sr. Doutor sabe muito bem de que natureza são as cabeças que desempenham um lugar preponderante aqui em França na Política. Não são analfabetos! Painlevé, Borel, Henriot, etc. [...]. Porque é que não acontece o mesmo em Portugal? Porque é que não há homens? Porque é que em lugar de cabeças, temos caixas com miolos que abundam também nas sepulturas e nos talhos? Porquê? Porque o ensino só é acessível a uma burguesia estafada, cretina e chocha. [...] Ensino gratuito, ensino obrigatório! Aqui está a razão por que nós não temos matemáticos, não temos físicos nem químicos, não temos nada! [...]Eu bem sei que não é essa a missão da Junta de Educação Nacional. Desculpe-me estar para aqui a dizer coisas que eu sei que está farto de saber mas é... para eu desabafar. Sempre é agradável desabafar com alguém que nos compreende [...] (Fitas, 2008, 104)<sup>10</sup>.

A expressão cifrada «e essa malfadada “dita” nunca mais cai» contém ainda a esperança que a mudança política estivesse para breve. Uma esperança

---

<sup>10</sup> O sublinhado em “dita” está no documento original.

alimentada pelas movimentações políticas que assistira em Paris, onde, cerca de sete meses após a sua chegada, em Maio de 1932, perante as eleições que sucederam ao assassinato do Presidente da República Francesa, Monteiro escrevia ao mesmo Secretário Geral da Junta:

[...] Por cá, como deve saber, o ambiente anda um pouco agitado. Morte do Daumer, vitória das esquerdas nas eleições. Amanhã é a eleição do novo Presidente. Um candidato possível é o matemático Painlevé [...]. O Lebrun, cuja eleição parece neste momento assegurada [...]. Eu votava no Painlevé porque é matemático e porque é esquerdista! [...] Desculpe-me o laconismo desta carta, mas quando escrevo é sempre à pressa. Tenho imenso que fazer e ainda ando sobrecarregado com umas lições de alemão (a 15 francos a hora) que me é indispensável [...] (Fitas, 2008, 100).

Monteiro, bem como outros bolseiros, deviam estar a par das posições contra o fascismo e a escalada belicista que levaram à formação do *Comité Amsterdam-Pleyel*, uma organização nascida no Verão de 1932, onde pontificavam figuras como Romain Rolland (1866-1944) e Paul Langevin (1872-1946). Anos depois, alguns bolseiros terão assistido ao 6 de Fevereiro de 1934 em Paris – manifestações da extrema direita francesa, exigindo a demissão do Governo, cujo embate com as forças policiais se saldou em 17 mortos e cerca de 2000 feridos. A reacção política imediata a estes acontecimentos foi a formação do Comité de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas onde sobressaíam, entre outras, as figuras de Paul Langevin, Jean Perrin (1870-1942), Irene Joliot-Curie (1897-1956) e Jacques Hadamard (1865-1963) (Winock, 2000, 255).

A partir da década de trinta, o movimento de dezenas de licenciados que passam o ano lectivo estagiando em cidades europeias, onde se vivia com alguma efervescência o clima político agitado de uma Europa de embate entre os partidários da democracia parlamentar e os arautos de nacionalismos radicais suportados em novas ditaduras, permite uma permeabilização da fronteira portuguesa ao confronto ideológico dessas correntes. E a par do velho ideal democrático-liberal, sujeito agora ao combate que a ideologia fascista, tradicionalista e anti-liberal lhe move, surge agora uma terceira força que se alimenta da expectativa do que acontecia na Europa de leste, na URSS, um novo regime capaz de combater os males de uma economia capitalista, de novo em crise, e, simultaneamente, apto a não dar tréguas à ideologia totalitário-fascista. Era uma esperança que começava a disseminar-se pelo mundo.

Os bolseiros vão e voltam, trazem livros, revistas e alguns deles transportam novas ideias e constituem importantes veículos na difusão de novas formas de combater e resistir ao Estado Novo. E um exemplo desta atitude é

a célebre polémica que estalou nas páginas da *Seara Nova* em 1931, a propósito da geração 70, onde o seu principal autor, José Rodrigues Miguéis, na sua análise, defendia a aplicação da célebre 11.<sup>a</sup> tese sobre Feurbach de Marx na atitude dos intelectuais sobre a acção política. Miguéis – um jovem militante “seareiro” desde a primeira hora – foi um dos primeiros bolseiros, realizando o seu estágio, que se prolongou por três anos, na Universidade Livre de Bruxelas, sustentando-se a hipótese de ter sido na estada belga que apurou a sua radicalização político-ideológica.

Mas, ao contrário do que pensava Monteiro, o Portugal pós 1931, «o ano de todas as revoltas» (Farinha, 1998, 127) não prenunciava uma queda da Ditadura, anunciava um endurecimento repressivo: a criação de dois Tribunais Militares Especiais, de Lisboa e do Porto, Decreto n.º 19143 – uma institucionalização de uma Justiça política, desjudicializada e sumária, “à ordem do governo”; e, conseqüentemente, um cortejo de acções repressivas que se saldaram, até ao ano de 1933, por 1972 presos, 1511 deportados e 210 mortos (Rosas, 1994, 208).

#### 4. A partir de 1933...

As pesadas derrotas militares exauriram as capacidades das forças republicanas oposicionistas, de tal modo que, a partir de 1932, há um declínio do “reviralhismo” republicano, passando as forças anarco-sindicalistas e comunistas a encabeçar o movimento de resistência à Ditadura. O movimento estudantil acompanhará também esta radicalização da resistência; já no final da década de vinte, conhecem-se várias figuras intervenientes nas associações de estudantes, e na luta estudantil em geral, que virão a ser figuras conhecidas ligadas ao Partido Comunista Português<sup>11</sup>. Esta passagem de parte do testemunho, neste caso do meio estudantil, entre uma influência fortemente maçónica e uma crescente predominância da acção do PCP, é porventura explicada porque «[...] o republicanismo radical coabita com a simpatia pela URSS e o ódio à Ditadura de Carmona é um passo no caminho para o movimento operário e o Marxismo-Leninismo» (Nunes, 1981, 723). De qualquer modo as lojas maçónicas continuam a ter uma grande importância no meio estudantil mais radical das três Universidades nacionais – a “Revolta”, em Coimbra, “Rebeldia”, em Lisboa e “Comuna” no Porto – perdendo-a progressivamente para o Partido Comunista a partir de 1937 (Madeira, 1996, 105). Um outro exemplo desta crescente influência dos jovens comunistas é o caso do jornal *Liberdade* que em 1935 «[...] sofre uma alteração de orientação com a constituição do grupo “Amigos do *Liberdade*” que, na prática, impõe ao jornal uma orientação

---

<sup>11</sup> Alvaro Cunhal, Manuel Alpedrinha, Firminiano Cansado Gonçalves, Ludgero Pinto Basto, Rodolfo Iriarte Peixoto, Victor Velez Grilo.

marxista» (Madeira, 1996, 99). Ao longo desta década, a resistência ao regime ditatorial endurecerá politicamente com acções grevistas, levantamentos armados e ataques bombistas.

Em 1931, destacava-se no movimento estudantil de Letras Cansado Gonçalves (1903-1984) e, a partir de 1934, a preponderância de jovens simpatizantes do comunismo e aderentes das juventudes comunistas fazia-se sentir em Lisboa nas Associações de Ciências, Direito e Medicina. Em Ciências, um dos estudantes que se evidenciava na direcção da Associação e na frente de luta contra a Ditadura era Hugo Baptista Ribeiro (1910-1988) (Babo, 1993, 79 e 108), estudante da licenciatura em matemática, que

Durante três meses de Verão de 1934 [com] Pilar Ribeiro, juntamente com Francisco Lyon de Castro participam num congresso das Juventudes Comunistas de Espanha e, no âmbito desse congresso, organizam exposições de solidariedade com os presos portugueses [...] (Pereira, 1999, 200).

O ano de 1933 marca o início da institucionalização do Estado Novo corporativo que, influenciado pelos exemplos de Itália e da Alemanha, institui o partido único, promove a ilegalização dos sindicatos livres, optando pelo sindicalismo corporativo, plebiscita uma nova constituição, onde condiciona as liberdades individuais, cria a polícia política (PVDE), promulga legislação sobre a censura<sup>12</sup> e organiza o seu Secretariado de Propaganda Nacional. Estavam instaurados os mecanismos essenciais de acção da ditadura salazarista: a resistência endurece, mas a repressão endurecerá muito mais e far-se-á sentir sobre todas as esferas de acção.

A intransigência repressiva e a perseguição sistemática ao trabalho político oposicionista implicava a procura de novos meios para a agitação e propaganda contra o Estado Novo, privilegiando-se a intervenção cultural nas associações de estudantes, sindicatos e centros republicanos que permanecem em actividade. São exemplo desta atitude o convite feito pelo Centro Académico Republicano de Coimbra a Rodrigues Lapa para que repetisse na cidade do Mondego a conferência que proferira no salão de *O Século* e que tanto brado dera a nível nacional<sup>13</sup>. Também Abel Salazar (1889-1946) proferira na Associação de Estudantes de Medicina em Lisboa conferências sobre o tema “A posição actual da filosofia, da ciência e da religião” e em Coimbra, a convite do Centro Republicano, debruçou-se sobre as relações entre Ciência e Religião.

---

<sup>12</sup> Decretos-Lei n.ºs 22992 e 22469, sobre a PVDE e Censura, respectivamente.

<sup>13</sup> Augusto Fitas, “Um ciclo de conferências sobre a «Junta de Educação Nacional» e os seus prováveis efeitos premonitórios na aplicação do Decreto-Lei 25317”, neste volume.

A acção da Censura sobre o quinzenário *Mocidade Livre*, a efemeridade do seu projecto jornalístico, conduziram «[...] os jovens que promoveram a sua edição [...] a perseverar na constituição, dois anos volvidos, de uma União Cultural Mocidade Livre» (Dias, 2011, 6). O grupo estabeleceu uma colaboração estreita com a Universidade Popular Portuguesa, provavelmente porque os jovens associados da “União”, eram fiéis auditores da iniciativas da “Universidade”. Uma cooperação que levou à promoção na sede da “Universidade”, no bairro de Campo de Ourique, em Lisboa, de um conjunto de conferências proferidas por alguns dos membros de ambas as associações, nas quais se destaca “A Cultura Integral do Indivíduo, Problema Central do Nosso Tempo” proferida por Bento de Jesus Caraça (1901-1948) em 25 de Maio de 1933.

Foi também no ano de 1933 que o Estado Novo, ou os seus simpatizantes, encararam o meio universitário como um sector a que se devia dar particular atenção. Aproveitando a influência que a doutrina integralista tinha tido em alguns sectores académicos, criou uma organização que enquadrasse o movimento nacionalista estudantil, a Acção Escolar Vanguarda (AEV), que apoiasse a acção política do Governo e, sobretudo, combatesse as ideias comunistas «difundidas entre a juventude, em especial nos meios académicos e sindicais». Era uma organização claramente fascista, muito politizada, formada por voluntários, com algum treino militar, e disposta a intervenções pela força quer na rua, junto de manifestações de esquerda, quer nas sedes sindicais e das associações de estudantes com simpatias “oposicionistas”. Em 1934, assaltaram a Associação Académica de Direito e «[...] um dos acidentes mais graves entre os estudantes antifascistas e a AEV deu-se [nesse mesmo ano]» (Pereira, 1999, 55) quando houve uma manifestação organizada pelos estudantes anti-salazaristas, onde se juntaram algumas centenas de colegas que, entre o Príncipe Real e o Rossio, gritaram vivas à “Republica” e à “Liberdade” e “morra Salazar”. Em S. Pedro de Alcântara esperava-os para cima de uma centena de membros da AEV armados de mocas, o embate violento não se fez esperar e dele resultaram vários feridos, um deles foi Hugo Ribeiro (Pereira, 1999, 56-57).

Apesar de cumprir os efeitos para o qual fora criada, a situação política e o ambiente universitário pareciam não favorecer a AEV e, a breve trecho, os círculos governamentais desinteressaram-se deste movimento de estudantes nacionalistas radicais, dispostos a andar à cacetada, e optaram por uma organização mais alargada que abarcasse toda a juventude, aquilo que veio a ser a Mocidade Portuguesa, que, criada em 1936, continuou a apresentar-se como um «fenómeno essencialmente escolar» (Kuin, 1993, 563).

Tendo presente as escaramuças já havidas entre os estudantes da AEV e os sectores oposicionistas, em particular os de simpatia comunista, estes últimos foram obrigados a organizarem não só a sua defesa, como também a sua capacidade de ripostarem às provocações violentas da direita. Foi assim



que, em 1936, os estudantes antifascistas de várias tendências políticas estruturaram uma organização académica destinada a combater o fascismo da AEV, ou de qualquer sua sucedânea, na defesa da democracia e da liberdade políticas, dando origem ao Bloco Académico Antifascista. Também a tendência maçónica havia lançado, em meados da década de trinta, como forma de resistência e combate à violência de direita, «à semelhança do que havia sido a Carbonária» (Madeira, 1996, 112), a Acção Anticlerical e Antifascista, os três AAA. E para melhor descrever esta organização recorra-se ao relato de alguém que nele participou:

Este movimento manteve-se activo entre 1936 e 1938 com uma direcção nacional e comités regionais, publicava um jornal que tinha uma ampla aceitação nos meios académicos – *A Barricada* – e congregou efectivamente a acção dos estudantes universitários que combatiam o governo e o fascismo [...] o Bloco tinha um carácter clandestino e foi encabeçado por Hugo Baptista Ribeiro, estudante de Matemática da Faculdade de Ciências, acompanhado pelos estudantes da Faculdade de Letras Judite Cortesão e Álvaro Salema e, de Direito, o Manuel João da Palma Carlos (a representação dos AAA na direcção nacional era assegurada pelo Orlando Juncal e eu fazia parte do Comité Regional de Lisboa [...]) (Babo, 1993, 110).

A vitória da Frente Popular em Espanha, em Fevereiro de 1936, e o deflagrar da guerra civil no país vizinho terão sido um catalisador central das movimentações antifascistas de toda a esquerda portuguesa que se envolveu em várias acções e iniciativas políticas de envergadura, relembre-se os levantamentos das tripulações dos navios da armada portuguesa *Dão*, *Afonso Albuquerque* e *Bartolomeu Dias* em 8 de Setembro. E, simultaneamente, também foi um factor decisivo para desencadear uma reacção repressiva muito forte, em que um dos seus vários efeitos destrutivos – relembre-se a abertura do *Tarrafal* com centena e meia de detidos – foi a liquidação completa do Bloco, o desmantelamento parcial da juventude comunista e o ataque a todas as estruturas clandestinas de combate à ditadura. Havia que repensar, e reorganizar, a resistência ao Estado Novo.

Voltando agora ao ano lectivo de 1936-37 e à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Valadares trabalha com a colaboração de Francisco Mendes; António Monteiro, matemático, doutorado em Paris e cheio de planos, chega Lisboa e inicia a sua colaboração com a Secção de Matemática da mesma Faculdade. Acredita-se que «[...] toda a acção de Monteiro, nomeadamente no período de 1936-47 [...] pode ser resumida nesta fórmula: Matemática com carácter de urgência» (Monteiro, 2008, 83). Para ele era um imperativo de consciência, uma forma de estar no mundo, aquilo que mais tarde escreverá

Ser investigador é um dever de todo o cidadão consciente das suas responsabilidades perante a sociedade, porque ser investigador é adoptar uma atitude crítica, perante a vida e o conhecimento, para chegar a novas conclusões [...] (Monteiro, 1944, 10).

E deverá ter sido com esta atitude que conquistou os jovens matemáticos finalistas, ou em vias de terminar o curso, alguns deles fortemente embrenhados na actividade revolucionária, mostrando-lhes que o estudo e a produção científica, no contexto da sociedade portuguesa da época, era uma outra forma de ser politicamente activo, e resistente, e de dar combate ao obscurantismo então vigente. Hugo Ribeiro acabou o curso em 1939 e passou a bolseiro do Centro de Matemática de Lisboa do Instituto para a Alta Cultura (IAC), o que implicava o necessário certificado de “bom comportamento político”. Com uma carta, ou ofício, datado de 29 de Fevereiro de 1940 e encimado pela expressão “CONFIDENCIAL” o IAC, na pessoa do seu secretário, dirige-se ao Director da PVDE nos seguintes termos:

V.Ex<sup>a</sup>. muito me obsequiava dignando-se de mo informar, com a brevidade possível, do que consta nessa polícia acerca dos candidatos a bolseiros deste Instituto a seguir mencionados: Hugo Baptista Ribeiro, licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade de Lisboa [...] José Sebastião e Silva, [...] <sup>14</sup>.

A 13 de Março de 1940, o Director da Polícia responde ao solicitado pelo IAC, também com a classificação de “CONFIDENCIAL” o seguinte:

[...] sobre Hugo Baptista Ribeiro, devo dizer a V.Ex<sup>a</sup>. que este indivíduo exerceu grande actividade subversiva de carácter extremista, quando estudante, pelo que esteve preso em 1934. [...] Embora continue a não nos merecer confiança, a verdade é que presentemente nada consta sobre a sua acção político-social, havendo até a afirmação de algumas pessoas, que nos merecem todo o crédito, de que ele se encontra hoje afastado de toda a actividade política [...] <sup>15</sup>.

E muitos dos passeantes que, nos princípios dos anos quarenta, a bordo do “Liberdade” e navegando pelo Tejo, acompanhavam o Redol, o Soeiro, o Manuel da Fonseca, eram os matemáticos António Monteiro, Hugo e Pilar Ribeiro (1911-2011), Zaluar Nunes, o Bento Caraça, o Alfredo Pereira Gomes (1919-2006).

---

<sup>14</sup> Arquivo FCT, proc.º 3170-1, doc. 3 (sublinhados no original).

<sup>15</sup> Arquivo FCT, proc.º 3170-1, doc. 7.

## 5. A movimentação da oposição no pós-guerra

Após a vitória das forças aliadas em Maio/Agosto de 1945, no seguimento duma forte movimentação social e na luta por melhores condições de vida, Portugal viveu uma efémera abertura ao mundo e a própria ditadura aparentou uma abertura política que levou a que o governo em princípios de Outubro dissolvesse a Assembleia Nacional e marcasse eleições para Novembro desse mesmo ano. Uma movimentação que forçará o Estado Novo a «[...] tolerar a concorrência eleitoral das oposições e a formação transitória de estruturas de apoio à apresentação de tais candidaturas» (Rosas, 1992, 124). Uma eleição que no dizer do ditador fossem «tão livres como na livre Inglaterra», mas cujo calendário era tão apressado que a oposição, apesar de tentar organizar-se e de um abrandamento da censura na imprensa, rapidamente percebeu que as condições em que se movimentava não garantiria qualquer sucesso político nas urnas.

Um núcleo oposicionista, onde se encontram muitos dos dirigentes estudantis que no início da década de trinta encabeçavam o movimento republicano estudantil – e.g. José Magalhães Godinho, Teófilo Carvalho dos Santos, Manuel Mendes (1906-1969) entre outros – promovem uma reunião na noite de 8 de Outubro no Centro Republicano Almirante Reis. Este grupo, ao qual se juntarão outras personalidades, constituirão a Comissão Central do MUD (Movimento de Unidade Democrática). Do documento – as conclusões dessa reunião – assinado por uma centena de oposicionistas presentes na sala, e tendo em conta a falta de condições efectivas para que a oposição desenvolvesse as suas acções políticas, faziam parte as reivindicações seguintes: o adiamento do acto eleitoral por seis meses; autorização para a criação de partidos ou organismos políticos; garantia da liberdade individual, da liberdade de reunião e da liberdade de expressão; a fundação livre de jornais; que a ninguém fosse negada a capacidade eleitoral passiva pelas suas ideias políticas; que as mesas eleitorais tivessem um representante de cada lista em presença; a elegibilidade dos funcionários públicos e corporativos e de organismos de coordenação económica; e a realização de novo recenseamento eleitoral<sup>16</sup>. Reacção que, como noticiava o *República* de 16 de Outubro, nas suas páginas centrais, e com largura de 4 colunas: «[...] o Governo respondeu com uma negativa formal às reivindicações que resultaram da reunião do Centro Almirante Reis». Contudo esta iniciativa da oposição teve o condão de precipitar os acontecimentos, isto é, de norte a sul do país surgiu uma profusão de comissões regionais e profissionais de apoio às pretensões enunciadas. Faziam eco deste amplo movimento nacional três órgãos da

---

<sup>16</sup> *Seara Nova*, Ano XXV, suplemento ao n.º 948, 13 de Outubro de 1945.

imprensa diária, *República*, *Diário de Lisboa* e *O Primeiro de Janeiro*, onde quotidianamente, ao longo de um mês dezenas de personalidades conhecidas, e de todos os sectores da oposição – Egas Moniz, Bento de Jesus Caraça, António Sérgio, Abel Salazar, Ferreira de Macedo e muitos outros – tomam publicamente uma posição crítica clara em relação à política do Estado Novo.

A 22 de Outubro Manuel Valadares era entrevistado para *República* com o objectivo de expor algumas contribuições para o programa eleitoral da oposição no capítulo da organização e política científicas. Na sua resposta sublinhava a importância do papel de organismos como a JEN e o IAC, embora concluísse que o seu objectivo final tivesse falhado e explicava:

[...] houve uma lamentável curteza de vistas da parte dos nossos governantes [...] impõe-se o envio, em massa, de jovens saídos das nossas escolas para adquirirem, no estrangeiro, uma formação e uma especialização que as nossas universidades se mostram incapazes de fornecer. [...] o funcionamento das Faculdades de Ciências e estas exigem uma reforma completa porque, tal como funcionam actualmente, são, quanto muito, liceus de primeira classe. A função que permite distinguir uma Faculdade de Ciências de uma escola secundária – a criação de Ciência – tem estado permanentemente, salvo raríssimas excepções, ausente dos objectivos e realizações das nossas Faculdades [...] [sobre a reforma do Instituto para a Alta Cultura] a formação [...] exclusivamente humanista dos nossos governantes não lhes permite ver [...] o progresso social está intimamente ligado e dependente do desenvolvimento da investigação científica (*República*, 22 Out. 1945, 3).

Muitos foram os bolseiros ou ex-bolseiros do IAC que subscreveram as listas de adesão às propostas do MUD. Nos jornais mencionados era frequente surgirem destaques com listas de assinaturas que correspondiam a grupos profissionais – e.g. escritores, artistas, professores catedráticos de uma universidade, etc – ao ponto de se ler numa primeira página, «A revelação dos talentos que militam nas nossas fileiras deve ter constituído uma surpresa para os nossos adversários» (*República*, 25 Out. 1945, 1). A amplitude deste movimento de adesão à contestação política ao Governo foi tal que, em conferência de imprensa de no dia 24 de Outubro, a Comissão Central do MUD declarou que o número de assinaturas apoiando as posições da oposição excedia as cinquenta mil.

As eleições estavam marcadas para 18 de Novembro e os círculos ligados ao poder começaram a ficar assustados com a dimensão das movimentações políticas oposicionistas que eclodiam pelo país de lés a lés. Assim, além das reacções intimidatórias conduzidas pelo Ministério do Interior, inquirindo coercivamente sobre a identidade dos assinantes, a par de outras atitudes amedrontadoras, resolveram também organizar um ataque público aos «talentos

que militam nas nossas fileiras» ou, de uma forma mais específica, a grupos bem determinados de bolsheiros do IAC. Foi o que levou à prática António Júlio de Castro Fernandes (1903-1975)<sup>17</sup>, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, na noite de 27 de Outubro quando tomou a palavra numa acção de propaganda eleitoral a favor do Governo. Verberou os opositores do Estado Nove nos termos seguintes:

[...] onde estão os trabalhos de índole científica dos elementos da oposição, em matéria económica, social, política ou filosófica? [...] Que produziram? Limitaram-se, por via de regra, a publicar traduções de textos anacrónicos ou inaplicáveis ao nosso país, ou, então, originais medíocres e ridículos – salvo uma ou outra excepção para garantia do prestígio dos editores [...] figuram nessa oposição antigos bolsheiros do Instituto para a Alta Cultura a quem se proporcionaram extraordinárias facilidades para o aperfeiçoamento da sua preparação científica [...] não estou negando que haja valores intelectuais na oposição – estou afirmando que não realizaram trabalho útil. Ou porque o não quiseram ou souberam produzir, ou porque cometeram o crime de reservar para os seus partidos o que de direito pertencia à Nação. Seja como for, não exibem títulos à confiança do povo português – ou porque os não possuem ou porque os sonegaram [...] (*O Século*, 28 Out. 1945, 4).

O ataque tinha sido lançado, no sábado à noite num comício eleitoral no Liceu D. Filipa de Lencastre, contra os bolsheiros do IAC e no dia seguinte, domingo, o *Diário da Manhã*, órgão do partido governamental que era a União Nacional, preparou uma primeira página, a sair no dia 29, onde se lia o editorial cujo título era «Algumas vítimas da opressão, da incultura, da má administração e do retrocesso em matéria educativa...». Um ataque directo aos ex-bolsheiros, apelidados insultuosamente de «demócratas de qualidade» e acusando-os de ingratidão para com o Estado Novo:

Muitos destes demócratas de qualidade, porém, houve tempo em que não eram senão uns rapazinhos esperançosos a findarem uns cursos laboriosamente prosseguidos e às vezes superando dificuldades económicas, que se outros tiveram que vencer também, em todo o caso, era razão para conquistarem simpatias e protecções [...] levantam-se contra o Estado Novo, que os fez gente, sem uma palavra de ingratidão... são as vítimas da opressão, da incultura, da má administração e do retrocesso... [...] (*Diário da Manhã*, 29 Out. 1945, 1).

---

<sup>17</sup> Economista e um dos fundadores do Movimento Nacional-Sindicalista.

E eram identificados treze bolsеiros, apresentando a quantia que a JEN/IAC tinha gasto com a sua bolsa. Os bolsеiros nomeados eram os seguintes: Manuel Zaluar Nunes, Manuel Valadares, Manuel Rodrigues Lapa, Francisco Mendes, Amaro Monteiro, Branquinho de Oliveira, Aurélio Marques da Silva, Peres de Carvalho, João Maia de Loureiro, António da Silveira, António Aniceto Monteiro, Barahona Fernandes, Ferreira Marques. E destes, três mereciam notas particulares – Aniceto Monteiro, João Maia de Loureiro e Manuel Zaluar Nunes. Em relação ao primeiro – Aniceto Monteiro, que tinha saído do país a 28 de Fevereiro para tomar posse, no Rio de Janeiro, do lugar para que fora convidado – insinuava-se que, desde a sua chegada de França, se tinha recusado a dar aulas no país...

As duas intervenções, feitas claramente com o propósito de desacreditar uma certa intelectualidade, sobretudo aqueles que tinham usufruído de bolsas do Estado e se rebelavam contra o Estado Novo, isto é, contra o partido que governava, vão receber réplica da parte dos visados. A intervenção de Castro Fernandes num comício de propaganda da União Nacional suscitou de um grupo de dezassete bolsеiros uma exposição à direcção do IAC, publicada em vários órgãos de informação, onde se pede:

Considerando a gravidade de tais afirmações e atendendo à situação delicada que perante elas ficam, todos os antigos bolsеiros e, muito designadamente, aqueles que continuam bolsеiros ou que exercem funções docentes ou funções de direcção em investigação, os abaixo assinados veem pedir a V.Ex.<sup>a</sup> se digne informá-los se a direcção do IAC pensa que as afirmações do senhor Castro Fernandes são aplicáveis a qualquer dos signatários [...] [signatários] João Avelar Maia de Loureiro (FM), Flávio de Resende (FC), Mário Tavares Chicó (FL), Mário Joaquim (FC), Manuel Nogueira Valadares (FC), Arnaldo Peres de Carvalho (IST), Manuel Coelho Mendes da Rocha (IST), Fernando Abreu Carvalho Araujo (ISA), Francisco Mendes (OM), António Silveira (IST), Manuel Augusto Zaluar Nunes (ISA), Jaime Xavier de Brito (FC), Aurélio Marques da Silva (FC), Manuel Teles Antunes (OM), João Remy Teixeira Freire (ISCEF), João Guilherme Faria da Costa (CML) (*República*, 31 Out. 1945, 4).

Hugo Ribeiro, na altura detentor de uma bolsa para estudar em Zurique, em conjunto com outros bolsеiros que se encontravam na mesma cidade, enviaram um telegrama solidarizando-se com a tomada de posição dos colegas. E, quinze dias depois, o IAC responde, pela pena do seu secretário do seguinte modo:

[...] o passo nela citado [...] foi desintegrado do contexto de que é inseparável, com evidente deturpação do seu sentido; exprime o receio de que, lançando-se na agitação política do momento, os mesmos

bolseiros possam prejudicar o trabalho de investigação científica a que fundamentalmente devem consagrar-se [...] (*República*, 16 Nov. 1945, 5)

As palavras de Castro Fernandes, ou a notícia de *O Século*, suscitou muitas outras reacções, Aurélio Marques da Silva, no dia 6 de Novembro, e refutando “a sonegação”, escrevia

[Referindo-se como exemplo ao seu livro *A Energia Atómica e a Sua Utilização*] Dando, pois, conta da enorme importância que poderia ter para a economia nacional a existência de urânio em Moçambique, decidimos que era indispensável dar “imediato” conhecimento ao Governo da Nação [...] resolveu-se solicitar, “imediatamente”, ao alto funcionário que no Ministério das Colónias superintende nestes assuntos, a sua assistência [...] assistiu realmente a esse colóquio, onde ouviu da boca do autor do trabalho, o relato dos resultados e do seu interesse. Não suponho que S. Ex.<sup>a</sup> pudesse ter ficado com a impressão de que se procurava “sonegar” um resultado que poderia interessar a prosperidade da nação. [...] Os bolseiros devem sentir-se evidentemente gratos para com a Nação que com eles despendeu dinheiro. Essa gratidão obriga-os a trabalhar o melhor que souberem e puderem para o bem da Nação. Não confundamos, no entanto a Nação com um partido [...] (*República*, 6 Nov. 1945, 4).

Também Bento de Jesus Caraça e Fernando Lopes Graça (1906-1994) reagem às palavras do subsecretário de estado das corporações, enviam textos refutando as suas afirmações e que foram publicados na imprensa oposicionista.

O ataque do *Diário da Manhã* receberá ainda resposta de vários visados, em particular sairá à liça Manuel Valadares na defesa do ataque soez que foi alvo Aniceto Monteiro, agora ausente do país e leccionando no Brasil. A carta era dirigida ao *Diário da Manhã* que não a publicou, o que obriga o signatário a solicitar a sua publicação no jornal *República* e sairá a 9 de Novembro. Valadares relata aí o trabalho desenvolvido por Monteiro, enquanto bolseiro em Paris, que, ao voltar a Portugal, esclarece:

Regressado ao País e mau grado o valor dos trabalhos que realizara no estrangeiro, não encontrou lugar no corpo docente de nenhuma das três Faculdades de Ciências do país. Passou então a viver com uma modestíssima bolsa que o IAC lhe concedeu; passados alguns meses, exigiram-lhe, para poder continuar a ser bolseiro, a assinatura de um compromisso político – que pessoa alguma lhe havia imposto ao enviá-lo para o estrangeiro. Tendo-se recusado a assinar um compromisso que repugnava a sua consciência, deixou de ser bolseiro, e a sua vida e a dos seus decorreu, de aí em diante, em condições de dificul-

dade económica que, por vezes, roçaram pela miséria [...] (*República*, 9 Nov. 1945, 4).

E, apesar de todas estas vicissitudes, não estando integrado em nenhuma Faculdade, realizou uma obra invulgar no domínio da investigação e ensino da Matemática, passando a sucintamente expor:

Fundou e dirigiu as revistas *Portugaliae Mathematica* e *Gazeta de Matemática*; a seu pedido foi fundado e sob a sua orientação funcionou o Centro de Estudos de Matemática, anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa, onde, entre uma obra vasta, convém salientar aquela que realizou da formação de novos investigadores; efectuou, em escolas superiores portuguesas cinco cursos extra universitários; deu uma contribuição notável para os trabalhos do Centro de Estudos Matemáticos da Universidade do Porto; organizou e dirigiu os serviços de inventariação da bibliografia científica existente no país; dirigiu dois seminários de Matemática, um em Lisboa, outro no Porto; fundou, com os Professores Aureliano Mira Fernandes e Ruy Luís Gomes a Junta de Investigação Matemática; publicou dois livros de Matemática e alguns fascículos da série “Topologia” editada pelo Centro de Matemática do Porto; finalmente realizou numerosos trabalhos de investigação científica [...] (*Idem*).

A “Carta de Valadares”, publicada no *República*, constitui um dos documentos de denúncia mais expressivos sobre as cadeias impostas pelo Estado Novo à consciência de muitos trabalhadores, neste caso científicos, e a forma de resistência que era preciso praticar e cujas consequências neste caso foram «condições de dificuldade económica que, por vezes, roçaram pela miséria». Também Manuel Rodrigues Lapa, afastado compulsivamente do ensino público em 1935, respondeu ao editorial provocatório do *Diário da Manhã*, publicando:

Recebi do meu país (não confundir com o Governo) uma certa mesquinhez para ir trabalhar para França [...] paguei essa subvenção com um esforço aturadíssimo de que poderão testemunhar os numerosos trabalhos publicados. [...] Desde que fui demitido do meu cargo de professor da Faculdade de Letras de Lisboa, devem-me de honorários 200 contos. Quem de 200 tira 58, ainda ficam 142 contos. Se tiverem de ser restituídos um dia, quero que o sejam sem o menor encargo para o tesouro do meu país [...] (*República*, 2 Nov. 1945, 4).

E no dia 10 de Novembro, talvez como fecho da abóbada de todo este movimento de um sector importante da intelectualidade portuguesa, apareceu publicamente um manifesto assinado por dezenas de intelectuais portugueses, onde se podia ler



Durante vinte anos foi negada aos intelectuais portugueses a possibilidade de estabelecerem contacto efectivo e livre com o povo de que fazem parte e para o qual sempre desejaram trabalhar [...] só um povo livre pode gerar uma cultura, só a democracia permite a afirmação de um povo livre [...] os escritores, artistas e cientistas que assinam este manifesto, julgam seu dever dirigirem-se ao país para afirmarem o seu incondicional apoio ao Movimento de Unidade Democrática, colocando-se, assim, ombro a ombro com o povo, neste momento decisivo da nossa história [...] (*República*, 10 Nov. 1945, 4).

Cuja lista de assinaturas era encabeçada por Manuel Valadares, Mário de Castro, Bento de Jesus Caraça, Francisco Mendes, Manuel Zaluar Nunes, Aurélio Marques da Silva, a que se seguiam as firmas de dezenas de individualidades do meio, artístico, literário e científico nacional.

## 6. Um epílogo já anunciado

E depois desse mês e meio de relativa abertura, após uma manipulação descarada dos resultados eleitorais de 18 de Novembro, tudo voltou à realidade já conhecida: repressão, perseguição e exercício de governo ditatorial sem contemplanções com a oposição. A 14 de Junho de 1947, uma deliberação do Conselho de ministros fazia aplicar o decreto lei n.º 25317 de 13 de Maio de 1935, afastando compulsivamente da função pública, isto é, da carreira universitária a grande maioria dos investigadores mais destacados no seu comprometimento com o movimento de renovação científica nacional e que em Outubro de 1945 tinham ousado desafiar o Estado Novo e todos os seus cúmplices ...

## 7. Bibliografia citada

- Babo, Alexandre, *Recordações De Um Caminheiro*, Lisboa, Editorial Escritor, 1993.
- Boavida, Ana M. Caiado, “Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil”, *Análise Social* 77-78-79, Vol. XIX (Lisboa, 1983) p. 743-756.
- Carvalho, Rómulo de, *História Do Ensino Em Portugal Desde a Fundação Da Nacionalidade Até Ao Fim Do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, *Os Estudantes No Regime Fascista – 1.º Volume*, Presidência do Conselho de Ministros, CLNSRF, Lisboa, 1983.
- Dias, Luís Augusto Costa, *Roteiro Da Imprensa Cultural Juvenil Dos Anos Trinta/ Anexo a/ O “Vértice” De Uma Renovação Cultural/ Imprensa Periódica Na Formação Do Neo-Realismo (1930-1945)*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, 2011.

- Dias, Manuel Augusto, “A oposição Revolucionária ao salazarismo”, *História* 11 (Lisboa, 1999), p. 18
- Faria, Cristina, *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar, 1926-1932*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- Farinha, Luís, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Fitas, Augusto J. S. ; Videira, António A. P. (Organização, introdução e notas), *Cartas Entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Lisboa, Instituto Piaget, 2004.
- Fitas, Augusto, “As relações entre António Aniceto Ribeiro Monteiro e a Junta de Educação Nacional ou um bolseiro português na cidade de Paris (do Outono de 1931 à Primavera de 1936)”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática* número especial dedicado a António Aniceto Monteiro (Lisboa, 2008) p. 89-128.
- Kuin, Simon “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, *Análise Social* 122, Vol. XXVIII (Lisboa, 1993) p. 555-588.
- Madeira, João, *Os Engenheiros De Almas– O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Monteiro, A. Aniceto, “Os objectivos da Junta de Investigação Matemática”, *Gazeta de Matemática* 21 (Lisboa, 1944) p. 10-11.
- Monteiro, Katia A., “António Aniceto Ribeiro Monteiro: a viragem para a Matemática (1925-1931)”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática* número especial dedicado a António Aniceto Monteiro (Lisboa, 2008) p. 37-87.
- Nunes, J. Arsénio, “Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)”, *Análise Social* 67-68-69, Vol. XVII (Lisboa, 1981,-3.º-4.º-5.º) p. 715-731.
- Oliveira, César de, *Portugal e a II República de Espanha*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987.
- Pereira, J. Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Vol. I, Lisboa, Temas e Debates, 1999.
- Rodrigues, Armindo, *Um Poeta Recorda-se*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- Rosas, Fernando, “As Grandes linhas da evolução institucional”, *Nova História de Portugal*, Vol. XII, (Direcção de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1992, 1.ª edição, p. 86-143.
- Rosas, Fernando, “O Estado Novo (1926-1974)”, *História de Portugal*, Vol. 7, (Direcção José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, 1.ª edição.
- Silveira, António da, “Recordando António Sérgio”, *Homenagem a António Sérgio*, ( António da Silveira et al.), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa-Instituto de Altos Estudos, 1976, p. 13-37
- Winock, Michel, *O Século Dos Intelectuais*, Lisboa, Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros, Lda, 2000.